

# **Campanhas Educativas Contra os Preconceitos na Deficiência Mental e na AIDS/Homossexualidade: (Im)Possibilidades da Pedagogia**

Hiran Pinel<sup>1</sup>  
Adalvo da Paixão A. Costa<sup>2</sup>  
Denise P. de Queiróz Calmon<sup>3</sup>  
Helenita Ribeiro Costa<sup>3</sup>  
Maria de Fátima Aleixo Araújo<sup>3</sup>  
Mônica Ribeiro Mello<sup>3</sup>  
Dorotéia Sanglard<sup>4</sup>  
Marta Nunes do Nascimento<sup>5</sup>  
Paulo Roque Colodote<sup>6</sup>  
Silvania Martins Afonso<sup>7</sup>

## **Introdução**

Desde 1994/5, coordenamos dois projetos de extensão, pelo Centro Pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo. O primeiro denominou-se “Aceitando as diferenças, somos iguais” (PROex. 073/95) e o segundo, “Escute o Grito:

Aconselhamento aos Sexualmente Discriminados” (PROex. 026/95).

Guardando as devidas e significativas diferenças entre um projeto e outro, ocorreu uma semelhança: ambos tentaram minimizar ou diminuir preconceitos, um acerca da “deficiência e deficiente mental” e o outro dos “estigmas associados à AIDS e homossexualidade”.

Para alcançar o objetivo de diminuir os comportamentos preconceituosos, recorreremos a programas de educação em saúde cuja metodologia central é fundamentada em uma psicopedagogia desocultante. Neste objetivo de “desvelar”, utilizamos de micro-campanhas publicitárias educativas junto às clientela específicas, como professor de escolas públicas e educadores em saúde (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem; odontólogos, psicólogos, etc.). Os recursos foram mediatizados por técnicas de ensino alternativas do tipo socializantes preferencialmente.

Entretanto, após elaborarmos os projetos e no transcorrer das pesquisas bibliográficas, levantamos duas questões de estudo:

---

<sup>1</sup> Doutorando em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo. Coordenador dos Projetos PROex. 26/95 e 073/95. Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e Orientação Educacional, Centro Pedagógico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

<sup>2</sup> Mestrando em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Colaborador dos Projetos citados. Professor do Departamento de Didática e Prática de Ensino, Centro Pedagógico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

<sup>3</sup> Alunas do Curso de Pedagogia. Estagiárias dos projetos citados. Universidade Federal Espírito Santo, Vitória, ES.

<sup>4</sup> Psicóloga. Colaboradora dos projetos citados.

<sup>5</sup> Assistente Social. Colaboradora dos projetos citados. Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>6</sup> Enfermeiro, bacharel. Colaborador dos projetos citados. Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>7</sup> Aluna do Curso de Psicologia. Estagiária do projeto 073/95. Universidade Federal do Espírito Santo.

1. Até que ponto a pedagogia pode alcançar o objetivo de minimizar preconceitos, tanto acerca de deficiência mental quanto a estigmas na AIDS ?
2. Se existe algum ponto, que sólidas e estruturais barreiras persistem para (im) possibilitar a pedagogia que se “arvora” em minimizar preconceitos ?

Buscaremos responder a essas questões a partir de Crochik, Gama e Jesus, Costa et al e essencialmente Adorno.

### **Preconceitos na AIDS e na Deficiência Mental**

Muitos pedagogos e psicopedagogos estão interessados em criar alternativas de ação que venham beneficiar pessoas portadoras de déficits. Alunos com déficits mentais sentem “na pele” os efeitos dos preconceitos de seus professores. Os professores, por sua vez, apresentam um sistema de idéias, teorias ou corpos de conhecimento socialmente compartilhados por alguns grupos que os legitimam a serem preconceituosos. Não é em vão que os próprios professores são alvos de críticas pela persistência e cristalizações dos preconceitos. Gama e Jesus (1994) detectaram que professores de escolas públicas tendem a explicar o fracasso escolar pelo viés individual, ou seja, os culpados pelos déficits são os próprios alunos, seu desenvolvimento pessoal e sua família, não reconhecendo, entre outras, as variáveis institucionais e muito menos a qualidade da competência docente. Quanto à pessoa portadora do vírus HIV, a literatura é muito significativa ao abordar a “peste do século” (Costa et al, 1992). Pessoas que antes eram gordas e emagreceram poderão ser objeto de suspeita de estarem contaminadas pelo vírus, visto ser um sintoma. Também persiste, no imaginário social, a associação cientificamente incorreta entre ser homossexual e estar “predisposto ao vírus HIV”.

Tanto o aluno deficiente mental quanto o portador do vírus HIV, que pesem os “imaginários” diferencialmente construídos sócio-historicamente em cima de cada quadro clínico, são objetos de escárnio social, rejeição, piedade, etc. No entanto, são humanos como os outros humanos, e essa humanidade os nivela. Merecem respeito, dignidade e oportunidades educacionais, psicológicas e de saúde de qualidade.

### **O “Inconsciente”, a Razão, a Estrutura Social e o Estatuto Pedagógico**

Os preconceitos vêm satisfazer conflitos psicológicos localizados no “inconsciente” do preconceituoso. Como a pedagogia poderá contribuir nessa área (do “inconsciente”), que sabemos “ser uma terra que ninguém pisa”? Não somos ingênuos de acreditar que o estatuto pedagógico “deseja” dar conta do “inconsciente”. Quem teoricamente poderia, até onipotentemente fazê-lo, é a psicologia via psicoterapia, ou mais especificamente através da psicanálise.

Ainda assim, mesmo que a pessoa preconceituosa se submetesse à psicanálise, ainda continuaria existindo uma realidade sócio-econômica e política muito ampla e bem mais poderosa do que os efeitos do microespaço do “setting” clínico.

Ora, sabemos que a pedagogia se interessa em defender a realidade objetiva que está presente na razão e é justamente aí, mais uma vez, que ela encontra seu impasse naquela instância cujos conteúdos estão impedidos pelo “recalque”. Ao mesmo tempo, acreditando em uma pedagogia progressista, os dois projetos defendem que “microações” podem e devem ser viabilizadas em um ver-julgar-agir críticos.



Nesse contexto, devemos reconhecer que é possível propor e aplicar um processo alternativo de ensino-aprendizagem que possibilite ao educador vislumbrar possibilidades de uma sociedade mais lúcida e justa, estimulando o afloramento de seus recursos pessoais e coletivos de autovalorização e os do outro. Nessa dinâmica, o educador, já tendo minimizado seus preconceitos, poderá recuperar a auto-estima de quem ocupa um lugar da sua não-vontade, como aidéticos e deficientes mentais.

Propagandas educativas com informações e esclarecimentos, acerca do deficiente e da deficiência mental ou da AIDS e homossexualidade, podem ser viabilizadas com sucesso? Reafirma Adorno (1965) que o preconceituoso tem ego frágil e que por isso tende a modificar seus comportamentos e não sua personalidade, diante de propagandas.

*Ele (Adorno) aponta a educação como forma de se evitar a barbárie, mais não qualquer tipo de educação, e sim aquela que atende, tanto para a constituição da subjetividade, com um olhar psicanalítico, quanto para a revelação dos fatores que levam à barbárie, fatores esses presentes no próprio processo de esclarecimento (Crochik, 1995b:52).*

Assim, um conjunto de propagandas criativas, que objetivassem a extinção de preconceitos, levaria os preconceituosos a

- a) defenderem as possíveis vítimas dos preconceitos, que eles mesmos criaram;
- b) respeitarem os valores fortalecidos pela cultura<sup>8</sup>

Entretanto, ainda assim continuaria existindo aquilo que conduz a pessoa a ser preconceituosa, ou seja, a rede de significados entre o “inconsciente” e as estruturas arcaicas do sistema sócio-econômico e político. Mas, mesmo assim, poderíamos observar que o preconceituoso acabará sugestionado pela propaganda, mascarando seus problemas psíquicos, acabando por articular formas mais leves e discretas de discriminar, tornando-se, pois, mais tolerante e menos prepotente.

*Além do que, há que se pensar que se a publicidade favorece mecanismos psíquicos presentes na regressão individual, ela poderia fortalecer ainda mais a própria predisposição ao preconceito (Crochik, 1995a: 201).*

A pessoa regride psicicamente para sobreviver à irracionalidade do meio social de forte impacto na construção do inconsciente. A estrutura dinâmica e política dessa sociedade não viabiliza uma relação humana racional. A propaganda, nesse contexto, funciona, semelhante à hipnose, favorecendo a emissão por parte daquele de comportamentos ultra-submissos. Já sabemos que o preconceituoso submete-se as convenções dominantes, “atrofiando” de fato o ego para o plano ambiental geral e mantenedor da “ordem” estabelecida favorável à burguesia. Ainda aí, está enganado o cidadão consciente e crítico de que o preconceituoso “submetido” suprimiu o preconceito, ao contrário, ele pode se prolongar através da explícita, frontal e cabal demonstração de que não se tem preconceito.

Apesar desses limites inevitavelmente encontrados, defendemos que **o principal componente do preconceito é o desconhecimento**. Temos, portanto, nos dois projetos anteriormente citados, o papel de “saber”, “saber fazer”, e especialmente “fazer. saber”

---

<sup>8</sup> Os preconceituosos resistem à subjetividade, visto serem também favoráveis às convenções dominantes. Dever imoral tal qual é colocado em uma sociedade, são instituições resultantes da reprodução dinâmica injusta daquela instituição.

ao preconceituoso os conceitos científicos sobre o deficiente e deficiência mental, bem como sobre AIDS e homossexualidade.

## Conclusão

A pedagogia não pode pôr um fim aos preconceitos, pois estes, como podemos observar, sofrem poderosas e etiológicas forças sócio-políticas e econômicas advindas da dinâmica típica das sociedades de classe que são “mantidas” por valores morais e pela própria violência. Esse tipo de sociedade burguesa, para se confirmar dominante, utiliza-se dos preconceitos sócio-historicamente criados contra as “minorias” divergentes, nem sempre pequenas em quantidades.

Dessa forma, não é impossível refletir sobre o impacto dessa estrutura social no incremento do inconsciente.

Apesar da sociedade maior e do inconsciente, ainda assim podemos concordar que a desinformação tende a facilitar a expressão preconceituosa. Aqui o pedagogo, enquanto intelectual que vê-reflete-age para/com as classes populares, defenderá a verdade científica, criando alternativas criativas de ensinar para “fazer saber” a humanidade que nos nivela.

Dentro desses limites, é que pode a pedagogia atuar. Nas propagandas, é importante o uso de recursos como “folder”, logotipos, cartazes, vídeos, etc., mas é indispensável que a mediação se dê através de técnicas socializadoras e até individuais de ensino como dramatizações, aulas expositivas dialogadas, experimentos e vivências, discussões dirigidas, etc. Não adianta trabalhar a subjetividade, pois os preconceituosos são legalistas e favoráveis ao dominador e ao terrorismo.

O educador especial que atue, seja na área do desvelamento da deficiência mental, ou na área dos estigmas associados à AIDS e à homossexualidade, deve, além de ter domínio do conteúdo e saber manipular os recursos e técnicas, ter compromisso político e paixão/prazer pelo exercício profissional do ensino e, acima de tudo, consciência dos limites no exercício psicopedagógico, evitando com isso a onipotência e a ignorância. Deve, pois, trabalhar em si as fagulhas preconceituosas, aumentando a capacidade de ver em si o que no outro “vomita” com desprezo. Resta-nos perguntar: \_ Por que o preconceituoso não suporta ver-se no “espelho”?

## Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. et al. **La personalidad autoritária**. Buenos Aires: Projéccion, 1965.
- COSTA, Ney F. P. et al. **Saber ouvir saber falar**. Rio de Janeiro: Benfam, 1992. 102 p.
- CROCHÍK, José Leon. **Preconceito: indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe, 1995a.
- CROCHÍK, José Leon. A (im) possibilidade da psicologia política. In.: AZEVEDO, M. A., MENIN, M. S. de S. **Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldade desse encontro**. São Paulo: Cortez/FAPESP, 1995b.
- GAMA, Elizabeth Maria Pinheiro, JESUS, Denise Meyrelles de. Atribuições e expectativas do professor: representações sociais na manutenção da seletividade social na escola. **Psicologia teoria e pesquisa**. Brasília: v.10, nº 3, p.10, set/dez 1994.